

1 ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AGEVAP DO ANO DE 2022. Aos vinte e  
2 dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, atendendo à convocação,  
3 reuniram-se os membros do Conselho Fiscal, na Sede da AGEVAP localizada à Rua Elza da Silva  
4 Duarte, nº. 48, loja 1A, na cidade de Resende/RJ. A reunião aconteceu de forma presencial e por  
5 videoconferência no link <https://meet.google.com/wkq-rtzs-whq?hs=224> e contou com a presença dos  
6 conselheiros André Luiz dos Santos (participou remotamente), Sandro Rosa Corrêa e Sinval Ferreira da  
7 Silva (participou remotamente), dos representantes da AGEVAP André Luís de Paula Marques (participou  
8 remotamente), Helvécio Zago Galvão César, Rejane Monteiro da Silva Pedra, Thaís Souto do  
9 Nascimento, Diego Chagas dos Santos, e Miqueias Caleb Donde (participou remotamente), dos  
10 representantes da Assessoria Contábil Sebastião Carlos Gama Filho e Roselane Aparecida Alves de  
11 Castro Rodrigues, da representante da Assessoria Jurídica Rayssa Duarte da Silva e do representante da  
12 Auditoria Externa Independente Kleber Luis Alves Guedes e Leticia dos S. Correia de Albuquerque  
13 (participaram remotamente). Deu-se início a reunião, com as boas-vindas aos participantes e  
14 agradecendo a presença de todos. Procedeu-se então a análise do Relatório das Demonstrações  
15 Contábeis e Sugestões de melhoria da Auditoria Independente referente ao 3º Trimestre do Exercício de  
16 2022. Sobre o item ativo imobilizado, foi informado que algumas classificações contábeis não têm relação  
17 com a descrição dos bens apresentadas nos relatórios de controles internos. A AGEVAP informou que  
18 será realizada a conciliação das informações para padronizar as contas no controle e no balancete. Sobre  
19 o item Informações Gerenciais, foi verificado que os controles existentes ainda são realizados  
20 manualmente em planilhas, o que pode fragilizar o processo. Foi explicado que o sistema da AGEVAP  
21 está em construção, e toda a parte de pagamentos é realizada dentro do sistema MGF, além das  
22 planilhas manuais, que seguem em paralelo por questões de segurança das informações. Foi sugerido  
23 pelo Conselho Fiscal que inclua no relatório da Auditoria sobre os prazos para implantação do sistema  
24 para que possamos acompanhar o andamento. Em relação ao item de Recursos Humanos e  
25 Departamento Pessoal – Banco de Horas negativo, foi orientado à AGEVAP definir prazo para  
26 compensação e monitorar. Foi informado que a AGEVAP possui o controle do banco de todos os  
27 empregados com monitoramento mensal, que é encaminhado mensalmente ao funcionário bem como ao  
28 seu superior. As horas trabalhadas variam entre os funcionários por diversos motivos como local de  
29 trabalho, férias, entre outros. A planilha analisada pela auditoria é um resumo, e o acompanhamento e  
30 planejamento das horas é acompanhado e autorizado pelo gerente de cada área, que define junto aos  
31 funcionários como será realizada essa compensação. Foi questionado pelo Conselho Fiscal sobre o  
32 prazo legal para compensação dessas horas, se a AGEVAP consegue acompanhar a compensação  
33 dentro desses prazos. Foi questionado também sobre a planilha encaminhada para auditoria não mostra  
34 com exatidão a realidade pois trata-se do planejamento do ano da AGEVAP. Foi informado que a  
35 AGEVAP fará uma atualização da planilha de banco com base de setembro para verificação da auditoria.  
36 Sobre o item documentações suporte foi informado que faltaram algumas documentações da filial –  
37 Governador Valadares para análise da auditoria. A falta da documentação impossibilitou a análise para  
38 inclusão no relatório. As documentações foram encaminhadas somente após o fechamento da auditoria,  
39 então a análise será realizada na próxima visita. Foram apresentados os itens de follow up do relatório  
40 anterior, sobre o item de bens inservíveis, foi informado que o inventário é realizado ao final do ano.  
41 Sobre o desfazimento dos bens, foi informado que a AGEVAP não possui nenhum bem, assim, para  
42 realizar o desfazimento é necessária autorização dos órgãos gestores. Sobre o item de contas sem  
43 movimentação contábil para realizar ajustes em caso de possibilidade para diminuir o saldo sem  
44 movimentação. Foi explicado pela AGEVAP que temos alguns contratos que possuem interveniência da  
45 Caixa Econômica Federal e que esses contratos podem passar algum tempo sem receber repasse, ou,  
46 em caso de finalização, fique no aguardo da aprovação da prestação de contas para efetivar a baixa no  
47 balancete. Foi realizado um levantamento com o estado de todos os contratos e será realizada a  
48 atualização em dezembro. Foi questionado pelo Conselho Fiscal se essa revisão já acontece e foi  
49 explicado que isso já é uma rotina da AGEVAP de ser realizado sempre no final do ano para atualização  
50 dos balancetes. Foi informado que a AGEVAP irá atualizar o status da planilha da auditoria com o status  
51 encaminhado por cada gestor. Sobre a divergência nas obrigações trabalhistas, foi informado sobre as  
52 diferenças encontradas nos impostos nos controles e no balancete. Foi identificado pela Assessoria  
53 Contábil que a divergência se trata dos impostos que são retidos dos prestadores de serviços. Foi  
54 sugerido a revisão das planilhas de controle dos impostos. Sobre os processos administrativos –  
55 automação e informatização da filial, como forma de melhoria e aperfeiçoamento dos controles internos é  
56 recomendado a viabilização do processo eletrônico para a filial. Foi explicado que a empresa ganhadora  
57 da licitação do sistema de processos da matriz está em fase de adequação na matriz, após a adequação,  
58 implantar esse mesmo sistema na filial. Essa adequação e início da implantação na filial está prevista  
59 para julho de 2023. Sobre o item LGPD, não foi identificado na AGEVAP algo que discipline internamente

60 sobre a lei bem como adequação do ambiente de TI. Foi informado que já foi contratada a empresa para  
61 assessoria e implantação da LGPD. O contrato foi assinado em dezembro de 2022 e tem o prazo até  
62 dezembro de 2023. Sobre o item de revisão de saldos contábeis – ausência de contabilização de saldos  
63 de ativo imobilizado de Governador Valadares. Foi informado pela filial que foi realizada consulta ao  
64 órgão gestor sobre o processo de transferência dos bens, porém, considerando que a empresa anterior  
65 ainda está com a prestação de contas em análise, pois falta a resposta da controladoria sobre a  
66 aprovação ou não da prestação de contas. Foi questionado pela AGEVAP em como proceder neste caso.  
67 A Auditoria informou que, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, se eu tenho a guarda e uso  
68 do bem e o ônus está sob minha responsabilidade eu já tenho caracterizado um ativo imobilizado. Sendo  
69 assim foi sugerido que pode ser realizado de uma forma geral com um lançamento no valor total, dentro  
70 do ativo imobilizado e, após a finalização da situação, será necessário desmembrar os itens de acordo  
71 com as normas, que foi acatado pela AGEVAP, Assessoria Contábil e Conselho Fiscal. Sobre a  
72 reavaliação dos bens, foi recomendada a reavaliação, porém foi informado pela AGEVAP que este item já  
73 foi finalizado em junho de 2022. Será analisado pela auditoria para exclusão deste item no relatório.  
74 Sobre a segurança e digitalização dos procedimentos relacionados a controles administrativos. Foi  
75 informado que toda a documentação já está sendo digitalizada. Foi questionado pelo Conselho Fiscal um  
76 prazo para finalizar toda a digitalização. A AGEVAP deverá apresentar um planejamento para execução  
77 das atividades. Foi questionado sobre os documentos faltantes da filial e sobre a aprovação da análise  
78 trimestral da AGEVAP matriz e filial. Foi informado que nesta reunião está em análise o 3º trimestre da  
79 matriz e a análise dos terceiro e quarto trimestres da filial serão analisados na próxima auditoria e na  
80 próxima reunião. Foi informado que foi assinado um Termo Aditivo ao Termo de Compromisso com a  
81 empresa Votorantim Cimentos para melhoria ambiental do Rio Dois Rios. O recurso é de R\$ 1.020.413,12  
82 e já foi transferido para AGEVAP. Conforme previsto na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da  
83 AGEVAP, realizada no último dia 22/11/2022, a AGEVAP encaminhou no dia 01/12/2022, através de e-  
84 mail, os Relatórios de Custeio e Investimento AGEVAP ref. Jan a Set 2022 bem como o Relatório com as  
85 despesas do Conselho de Administração ref. Jan a Set 2022. Com relação ao próximo item de pauta,  
86 conforme encaminhamento da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da AGEVAP, sobre a  
87 possibilidade de renovação do serviço de auditoria externa independente, foi informado pela Assessoria  
88 Jurídica que o serviço não tem natureza contínua, assim, não existe a possibilidade de prorrogação.  
89 Assim, foi elaborada uma carta do Conselho Fiscal, que será encaminhada ao Conselho de  
90 Administração recomendando a contratação de serviço de auditoria externa para análise trimestral dos  
91 documentos e procedimentos contábeis referentes ao exercício de 2023. Seguindo para o próximo item  
92 de pauta, presidência do Sr. André Luiz dos Santos terminou em 12 de dezembro de 2022, assim,  
93 precisamos de nova eleição. Foi definido que o Sr. Sinval Ferreira da Silva assume a presidência do  
94 Conselho Fiscal a partir de 22 de dezembro de 2022 até 21 de dezembro de 2023. Encaminhamentos: **1** -  
95 Realizar um planejamento de finalização da digitalização de toda a documentação da AGEVAP e  
96 apresentar na próxima reunião do Conselho Fiscal. **2** - Realizar a atualização da planilha de banco de  
97 horas com base de setembro para encaminhamento para auditoria. Às 16hs30min foram encerrados os  
98 trabalhos.  
99  
100

**Sinval Ferreira da Silva**

Presidente do Conselho Fiscal da AGEVAP

**Sandro Rosa Corrêa**

Membro do Conselho Fiscal da AGEVAP

**André Luiz dos Santos**

Membro do Conselho Fiscal da AGEVAP

112